



A onda coligacionista

Têm vindo a surgir opiniões no seio do Bloco em defesa de uma tática eleitoral para as autárquicas de 2009 baseada em propostas de coligação com o PS e a CDU, tanto pré como pós-eleitorais. Esta espécie de onda coligacionista é surpreendente e, a ser seguida maioritariamente, atingiria duramente o Bloco.

O principal argumento desses camaradas a favor de coligações reside na apreciação de que os eleitores não confundem governos nacionais com governos autárquicos, pelo que a perspectiva coligacionista em nada diminuiria o Bloco na luta contra o governo, nem no combate eleitoral das legislativas, que terão lugar 3 ou 4 meses antes das autárquicas.

Por isso é surpreendente. De facto, alguns dos camaradas que mais se opuseram ao acordo de Lisboa, fizeram-no precisamente com o argumento inverso. Foram afirmando que trataria de um acordo com o PS no governo, não querendo ter em conta o seu carácter excepcional, nem atender às verdadeiras razões que levaram a essa decisão. No entanto, repare-se, nem sequer se tratava de uma coligação pré ou pós-eleitoral, muito longe disso.

Por isso também atinge o Bloco. Considerar uma excepção perfeitamente justificável, como seria o caso do Funchal, é bem diferente de transformar o coligacionismo em linha geral do Bloco. Em que condições iríamos enfrentar as eleições legislativas e europeias se, ao mesmo tempo que lutávamos pelo mais amplo apoio a uma alternativa própria, demarcada do PS e do PC, estávamos a pedir reuniões com esses partidos a pedir-lhes coligações locais, avançando, desde logo, com a possibilidade de participarmos nos executivos locais onde são maioritários?

Não deve ser excluída a possibilidade de apoio a candidaturas de cidadãos que correspondam a novos espaços de participação que terão de ser equacionadas caso a caso. Mas as muito recentes evoluções acerca da lei eleitoral autárquica, só vêm confirmar como incontornável a afirmação de candidaturas do Bloco nos municípios e freguesias. PS e CDU, nos municípios em que ganhem as eleições, terão maiorias absolutas garantidas nos respectivos executivos. As candidaturas do Bloco devem ser amplas, procurando alianças com novos protagonistas sociais, e com programas próprios, combativos e participados, em luta por uma nova prática autárquica de transparência, participação e defesa da qualidade ambiental como prioridades.

Pedro Soares